

As empresas estatais estão preparadas para os desafios da nova legislação de Governança e Gestão?

Governança das empresas estatais e sociedades de economia mista



APOIADOR OFICIAL

EY

Building a better working world

Governança, Riscos e Conformidade

Contexto e Objetivo

1- Contexto

- ✓ A Lei 13.303 foi sancionada recentemente e trata da responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas, em todas as esferas, quanto aos padrões de Governança e Gestão destas entidades;
- ✓ Também foi emitida a Instrução Normativa Conjunta 01 (CGU-MP) – que trata da obrigatoriedade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas a gestão de riscos, aos controles internos, e a governança;
- ✓ Os dois documentos exigem uma série de mudanças em relação a Governança das entidades, padrão e robustez dos sistemas de controles internos, gestão de riscos, auditoria interna, conformidade e ética, e os padrões de transparência;

2 – Objetivo do Documento

- ✓ Desde já é importante avaliar o nível de preparação das empresas em relação a novas regulamentações, para que possam ser estabelecidos os planos necessários;
- ✓ É de suma importância que as mudanças sejam implementadas de forma gradual e planejadas – para não onerar as organizações e minimizar o impacto das mudanças;
- ✓ Apresentar o entendimento da EY em relação a legislação assim como os desafios de implementação;
- ✓ Apresentar abordagem para mapear os requisitos de adequação quanto a nova legislação bem como um plano integrado de adequação.

Governança, Riscos e Conformidade

Evolução regulatória

Podemos verificar uma evolução no que tange a regulamentação dos assuntos relacionados a Governança



Governança, Riscos e Conformidade

Resumo – Governança Estatais e Instrução Normativa

	Lei da Governança nas Estatais (Lei 13.303)	Instrução Normativa Conjunta N01
1- Título	Fixar as bases de Governança Corporativa abrangendo aspectos de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna além de definir os principais comitês que devem ser estabelecidos.	Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal
2- Status	Sancionada pela Presidência.	Emitida
3- Abrangência	Toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista em todas as esferas.	Os órgãos e entidades do Poder Executivo <u>Federal</u>
4- Requerimento (macro)	Requer mudanças significativas no Estatuto das Empresas e mecanismo de governança, riscos e controles internos.	Exige a implementação de controles internos de gestão, gestão de riscos e comitê de GRC.



Os dois “documentos” versam sobre assuntos similares mas entendemos que os requerimentos contidos na Instrução Normativa estariam fundamentalmente contidos na Nova Lei de Governança nas Estatais

Nosso entendimento da Nova Lei das Estatais

Um pouco sobre a Lei – linhas gerais

1	Abrangência	“Toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”*
2	Objetivo	Fixar as bases de Governança Corporativa e estabelecer regras de compras e licitações para empresas estatais, aprimorando ou criando função de gestão de riscos, controles internos e auditoria interna
3	Status	Projeto de Lei sancionado e publicado no Diário Oficial



Governança, Riscos e Conformidade

Escopo da Nova Legislação

A Nova Lei irá exigir das Empresas um grande esforço de adaptação no que tange aspectos de Governança, Controles, Transparência e Conformidade. Parte destas alterações deverão estar refletidas no Estatuto da Companhia.

Segregamos os principais requisitos da Nova Lei em 7 grandes pilares

1	Conselho de Administração
2	Auditoria Interna
3	Conselho Fiscal
4	Riscos e Controles
5	Ética
6	Gestão e Transparência
7	Diretoria

Governança, Riscos e Conformidade

O que a Lei exige?

		Exigências da Nova Legislação
1	Conselho de Administração	
2	Auditoria Interna	
3	Conselho Fiscal	
4	Riscos e Controles	
5	Ética	
6	Gestão e Transparência	
7	Diretoria	
		<ul style="list-style-type: none">✓ Exigência de Conselho de Administração;✓ Mínimo de 7 e máximo de 11 membros, com 25% de membros independentes;✓ Exigência de Requisitos quanto a experiência profissional comprovada, formação acadêmica e a hipóteses de inelegibilidade;✓ Detalhamento de vedações para determinados cargos como por exemplo empregado de órgão regulador, atuação em partido político (36 meses), atuação em organização sindical e fornecedor (36 meses);✓ Incumbência de promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados dos planos de negócio e estratégia e comunicar

Governança, Riscos e Conformidade

O que a Lei exige?

1 Conselho de Administração

2 Auditoria Interna

3 Conselho Fiscal

4 Riscos e Controles

5 Ética

6 Gestão e Transparência

7 Diretoria

Exigências da Nova Legislação

- ✓ Exigência de Auditoria Interna
- ✓ Exigência de criação de Comitê de Auditoria Estatutario
 - Vinculado ao Conselho de Administração
 - Deve possuir meios para receber denúncias
 - Deve elaborar relatório anual de auditoria
- ✓ Composição Mínimo de 3 (três) e no máximo de 5 (cinco) membros
 - Maioria Independente
 - Restrições de participação de ex diretores, empregados da auditoria interna, cargo público, dentre outros
 - Conhecimentos específicos – contabilidade societária

Governança, Riscos e Conformidade

O que a Lei exige?

1 Conselho de Administração

2 Auditoria Interna

3 Conselho Fiscal

4 Riscos e Controles

5 Ética

6 Gestão e Transparência

7 Diretoria

Exigências da Nova Legislação

- ✓ Exigência de Conselho Fiscal
- ✓ Condição de ter exercido por prazo mínimo de 3 anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou conselheiro fiscal ou administrador em empresa
- ✓ Prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a dois anos com duas reconduções
- ✓ Um membro indicado pelo ente controlador – servidor público com vínculo permanente com a administração pública

Governança, Riscos e Conformidade

O que a Lei exige?

1 Conselho de Administração

2 Auditoria Interna

3 Conselho Fiscal

4 **Riscos e Controles**

5 Ética

6 Gestão e Transparência

7 Diretoria

Exigências da Nova Legislação

- ✓ As empresas devem adotar práticas de gestão de riscos e controle interno
- ✓ Exigência de área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos;
 - Vinculada ao Diretor Presidente
 - Liderada por Diretor Estatutário
 - Atuação independente prevista em estatuto
- ✓ A Auditoria Interna é responsável por aferir a adequação do ambiente de controles internos e efetividade do gerenciamento de riscos
- ✓ Exigência de área de Compliance prevista em Estatuto

Governança, Riscos e Conformidade

O que a Lei exige?

1 Conselho de Administração

2 Auditoria Interna

3 Conselho Fiscal

4 Riscos e Controles

5 Ética

6 Gestão e Transparência

7 Diretoria

Exigências da Nova Legislação

- ✓ **Elaboração e Divulgação de Código de Conduta e Integridade**
- ✓ **Exigência de instância interna responsável pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade**
- ✓ **Exigência de Canal de Denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas**
- ✓ **Previsão de sanções no caso de violação às regras do Código**
- ✓ **Realização de treinamento Periódico Anual sobre o Código de Conduta e Integridade**

Governança, Riscos e Conformidade

O que a Lei exige?

1 Conselho de Administração

2 Auditoria Interna

3 Conselho Fiscal

4 Riscos e Controles

5 Ética

6 **Gestão e Transparência**

7 Diretoria

Exigências da Nova Legislação

- ✓ Divulgação do Estatuto adequado conforme a referida Lei
- ✓ Elaboração de estratégia de longo prazo com análise de riscos e oportunidades para os próximos 5 anos
- ✓ Divulgação de qualquer forma de remuneração dos administradores
- ✓ Realização de avaliação de desempenho, individual e coletiva
- ✓ Elaboração e divulgação de Políticas
 - Divulgação de informações,
 - Distribuição de dividendos
 - Transações com partes relacionadas
- ✓ Relatório integrado ou sustentabilidade (ex: GRI)

Governança, Riscos e Conformidade

O que a Lei exige?

1 Conselho de Administração

2 Auditoria Interna

3 Conselho Fiscal

4 Riscos e Controles

5 Ética

6 Gestão e Transparência

7 **Diretoria**

Exigências da Nova Legislação

- ✓ Cidadãos de reputação ilibada e notório conhecimento do setor e da função que desempenhará (segue fundamentalmente as mesmas regras para escolha de conselheiros);
- ✓ Exigência de Requisitos quanto a experiência profissional comprovada, formação acadêmica e a hipóteses de inelegibilidade;
- ✓ Apresentar até a ultima reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior:
 - Plano de negócios para o exercício anual seguinte;
 - Estratégia de longo prazo atualizada com base em riscos e oportunidades para no mínimo 5 anos;

Governança, Riscos e Conformidade

Desafios e Benefícios

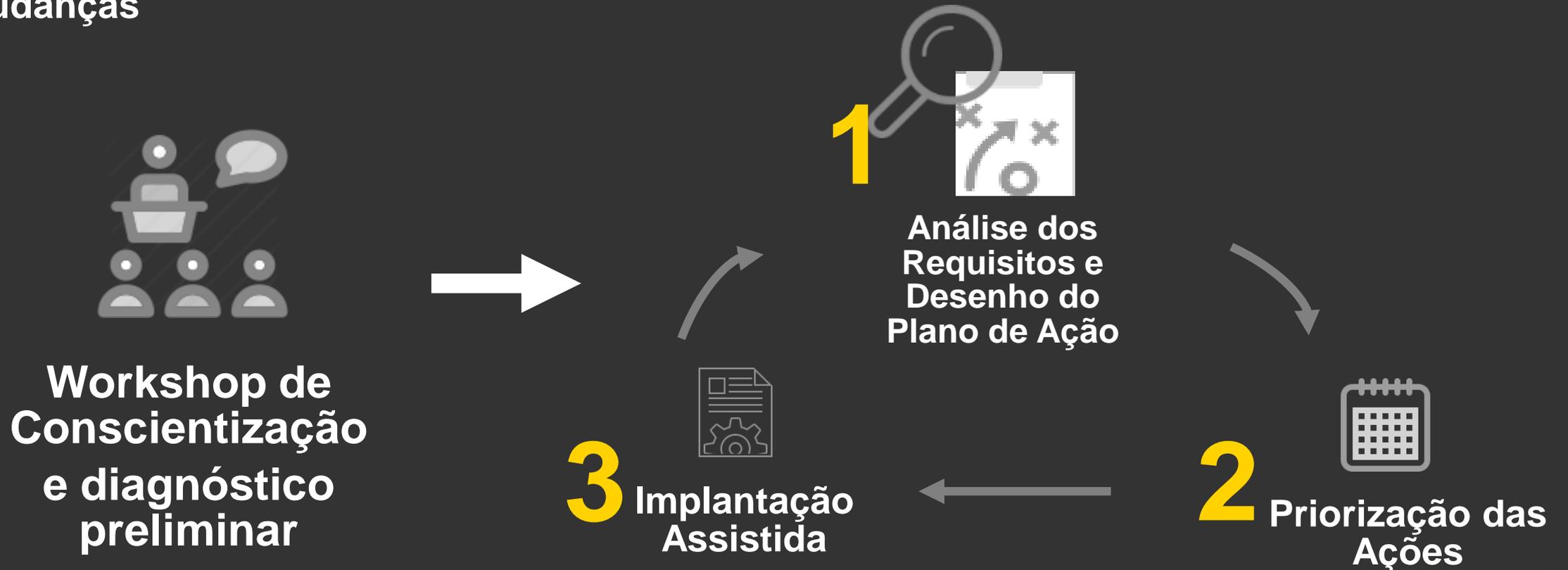
É preciso preparação prévia por parte das empresas para enfrentar os desafios para adequação a Nova Legislação e planejar de forma a obter os benefícios esperados.

- ▶ Como avaliar os “gaps” relativos a aderência a Nova Legislação?
- ▶ Como estabelecer os planos necessários impactando o mínimo possível na operação da organização?
- ▶ Como implementar e integrar os planos em uma ordem lógica?
- ▶ Como garantir que os planos sejam implementados conforme planejados?
- ▶ Quais as vantagens destas mudanças para a organização?

**Como enfrentar este desafio?
Como obter o máximo benefício?**

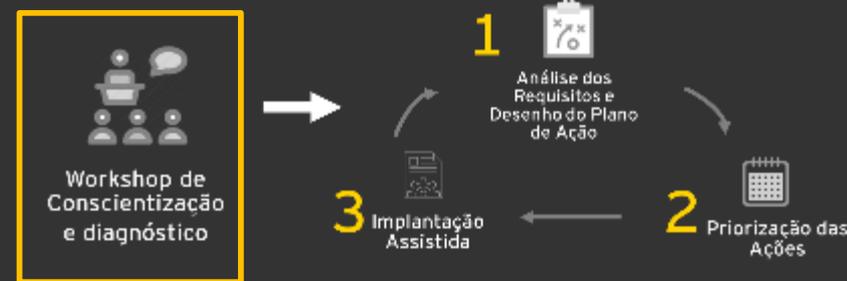
Proposição de abordagem

Oferecemos uma abordagem totalmente modular com foco em resultados práticos, personalizado para a realidade da Organização e observando os recursos limitados para as mudanças



Workshop de conscientização e diagnóstico

Realização de Workshop para detalhamento do grau de maturidade e adequação da organização



Workshop de Conscientização e Diagnóstico

Material EY de esclarecimento da Nova Lei

Realização de Workshop com Executivos

Aplicação de Ferramenta de Macro Diagnóstico (Pesquisa)

Elaboração de Plano Macro de Adequação

Macro Diagnóstico e Plano de Adequação

Nova Lei da Governança nas Estatais
Detalhes e Obrigações

Realização de adaptação no seu plano de governança de risco e conformidade

requisitos da Nova Lei em 6 grandes pilares

1. Conselho de Administração
2. Auditoria Interna
3. Conselho Fiscal
4. Políticas Estratégicas
5. Ética
6. Qualidade e Transparência

Material do Workshop

A estratégia da organização é definida e compartilhada com todos os profissionais. Os projetos da organização estão alinhados com a referida estratégia.

Existem comitês de apoio para ajudar na gestão da organização. O papel de cada comitê é bem definido e os membros possuem conhecimento em relação ao tema.

Questionário (pesquisa)

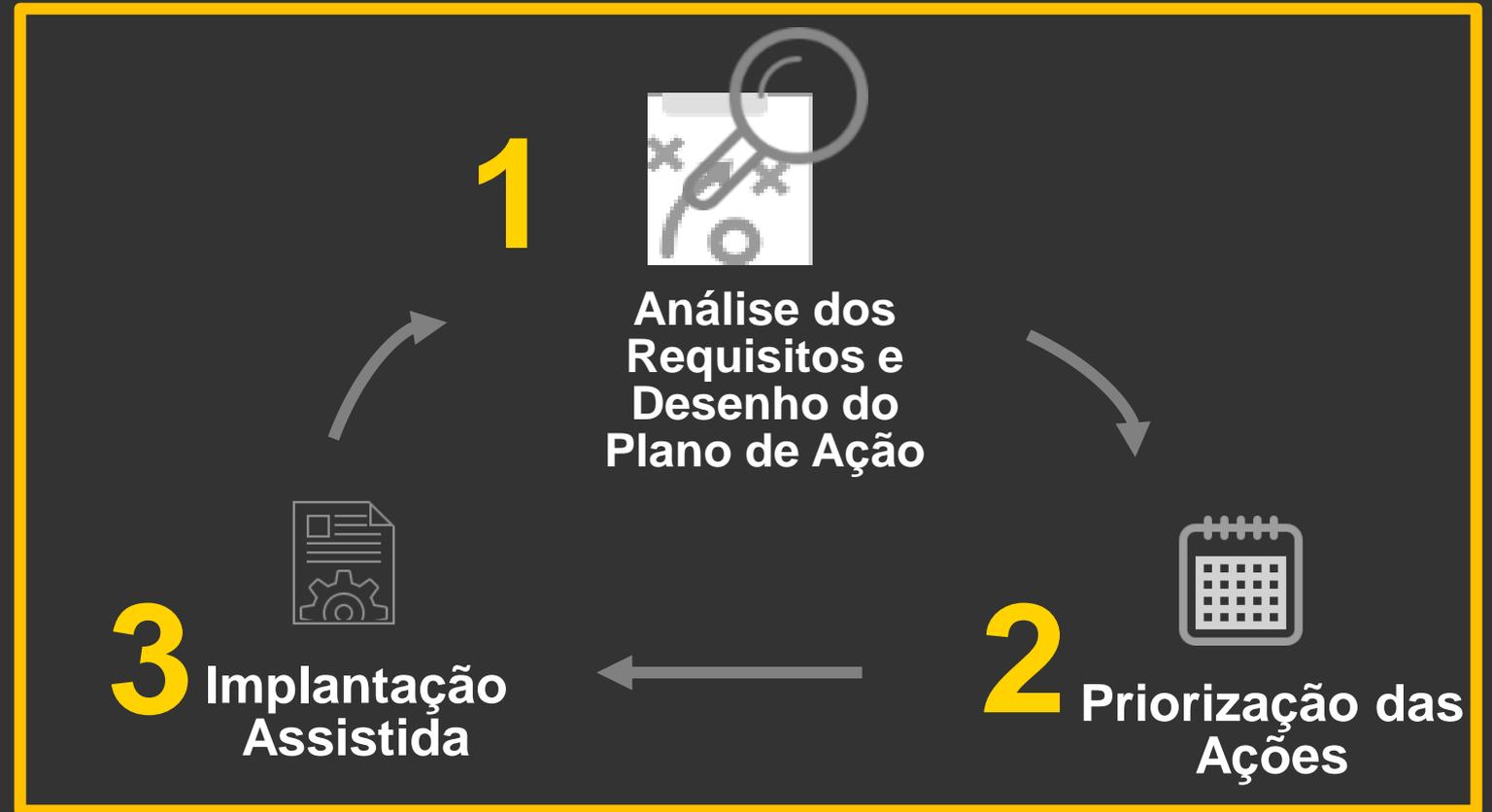
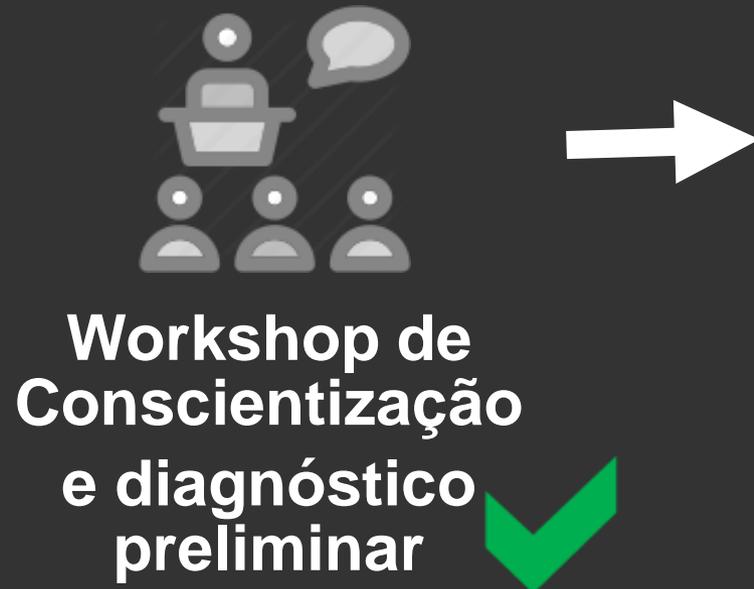


Maturidade

Governança, Riscos e Conformidade

Proposição de abordagem

Após a realização do Workshop de Conscientização será importante organizar as ações prioritárias de forma a buscar a adequação a legislação e elevação do nível de maturidade da Empresa.



Alguns planos Requeridos (alguns exemplos)

Não Exaustivo

#	Planos Requeridos de acordo com o Diagnóstico	Estratégico	Tático
1	Revisão do modelo de Governança	✓	
2	Redação/Revisão dos Regimentos Internos		✓
3	Elaboração de Políticas e Normas		✓
4	Elaboração de Relatório Anual Integrado ou Sustentabilidade	✓	
5	Estruturação de Canal de Denúncias	✓	
6	Estruturação/Revisão da Gestão de Riscos	✓	✓
7	Revisão do Ambiente de Controles Internos		✓
8	Estabelecimento dos Comitês	✓	
9	Gestão por indicadores	✓	
10	Modelo de avaliação de performance dos profissionais	✓	

É de suma importância que a partir do diagnóstico os planos sejam desenvolvidos de acordo com as características de cada organização

Benefícios esperados...

Além da aderência a nova regulamentação percebemos outros benefícios...

- ▶ **Aumentar o nível de transparência frente aos principais atores**
- ▶ **Maior conforto em relação ao ambiente de controles interno**
- ▶ **Melhorar a percepção frente ao acionista**
- ▶ **Foco nas áreas sensíveis da organização**
- ▶ **Reduzir a exposição e minimizar riscos de imagem**
- ▶ **Melhorar o relacionamento frente aos órgãos de fiscalização e controle**

Empresas Estatais e Sociedades de Economia Mista das esferas Federal, Estadual e Municipal precisarão se adaptar em até 24 meses*

Conselho de Administração	Área de Compliance	Estratégia de longo prazo
Composição da Diretoria	Comitê de Auditoria	Avaliação de desempenho
Conselho Fiscal	Auditoria Interna	Previsão de Sanções
Comitê de Remuneração e Sucessão	Código de Conduta e Integridade	Canal de Denúncias
Gestão de Riscos	Controles Internos	Comitê Estatutário

No entanto, de acordo com o Art. 95 da Lei 13.303, a Estratégia de Longo Prazo dessas Organizações precisa ser aprovada em até 180 dias*

Lei 13.303/2016

Seção VI – Art. 23 – § 1º – II

Estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 anos.

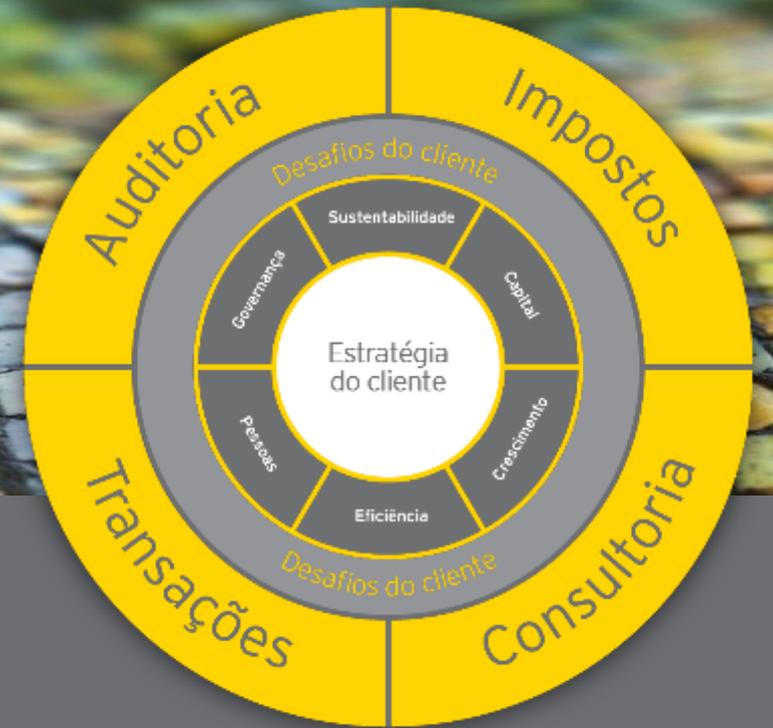
Lei 13.303/2016

Art. 95

A estratégia de longo prazo prevista no art. 23 deverá ser aprovada em até 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação da presente Lei.

Estratégia de longo prazo

Por que a EY?



Serviços integrados

Diversidade e visão completa dos seus desafios com foco em cada indústria relevante

Capacidade Técnica

- ▶ Experiência em Projetos de Transformação em Governança, Riscos e Conformidade
- ▶ Utilização de ferramentas para avaliação de maturidade
- ▶ Amplo conhecimento da Legislação
- ▶ Existência de área dedicada a Governo – escritório em Brasília com 25 profissionais dedicados

Equipe multidisciplinar

- ▶ Criado um Hub para avaliação e estudo de implementação da nova legislação com a participação de especialistas de diversas áreas
- ▶ Abordagem integrada e modular – foco na operação assistida para buscar o resultado do Projeto

Estrutura Global e Atuação Local

Com um único objetivo:

**Construir um mundo
de negócios melhor**

Nossos Valores

- Pessoas que demonstram integridade, respeito e trabalho em equipe.
- Pessoas com energia, entusiasmo e coragem para liderar.
- Pessoas que constroem relacionamentos fazendo a coisa certa.

Mundo

Pessoas | 230.000
Escritórios | 728
Países | 150

Brasil

Pessoas | 5.000
Escritórios | 15
Cidades | 12

EY

Auditoria | Impostos | Consultoria | Transações

Sobre a EY

A EY é líder global em serviços de auditoria, impostos, transações corporativas e consultoria. Em todo o mundo, nossos 190 mil colaboradores estão unidos por valores pautados pela ética e pelo compromisso constante com a qualidade. Nosso diferencial consiste em ajudar nossos colaboradores, clientes e as comunidades com as quais interagimos a atingir todo o seu potencial.

No Brasil, a EY é a mais completa empresa de consultoria e auditoria, com 5.000 profissionais que dão suporte e atendimento a mais de 4.000 clientes de pequeno, médio e grande portes, sendo que 117* são companhias listadas na CVM e fazem parte da carteira especial da equipe de auditoria. Destacamos dentre esses clientes mais de uma centena de empresas estatais ou entidades de governo.

© 2016 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

www.ey.com



APOIADOR
OFICIAL